

# Curadoria Digital: novos suportes documentais e a preservação da memória

*Digital Curation: supports new documentary and memory preservation*

---

**Letícia Gorri Molina**

Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil  
[leticiamolina@uel.br](mailto:leticiamolina@uel.br)

**Juliana Cardoso dos Santos**

Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil  
[julimath21@gmail.com](mailto:julimath21@gmail.com)

## Resumo

O presente artigo trata da relação entre Curadoria Digital e Memória, pretendendo esclarecer e ressaltar a importância da Curadoria para constituição da Memória. Neste contexto, tem-se a Curadoria Digital como o gerenciamento do objeto digital contendo atividades que abarcam todo o ciclo de vida desse objeto, com o intuito que ele continue acessível e se consiga recuperar por quem dele precise. Realizou-se um ensaio de cunho teórico e de caráter descritivo exploratório enfocando a Curadoria Digital, o documento digital e o documento eletrônico e sua importância para constituição da Memória. Com os avanços tecnológicos, a digitalização de documentos e a produção dos mesmos diretamente no meio digital tornaram-se desafios para a preservação da memória, devido às dificuldades com o armazenamento desses documentos. Como resultado, observa-se que a Curadoria Digital traz uma nova forma de gerenciar esses objetos digitais, que cada dia são mais vulneráveis a modificações e a obsolescência. Resgatar a memória institucional de uma organização é

## Abstract

*This article deals with the relationship between Digital Curation and memory, intending to clarify and emphasize the importance of Curation for the creation of memory.*

*In this context, there is the Digital Curation as the digital object management containing activities that span the entire life cycle of this object, in order that he remain accessible and can recover for those who need it. We conducted a theoretical essay, and of character descriptiveness exploratory focusing on digital curation, digital document and electronic document and its importance to establishment of memory. With technological advances, scanning documents and produce them directly in the digital environment have become challenges for the preservation of memory, due to difficulties with the storage of these documents. As a result, it is observed that the Digital Curation brings a new way to manage these digital objects, which each day are more vulnerable to changes and the obsolescence. Rescue the institutional memory of an*

um grande desafio devido à maneira de como se fará esse resgate das informações. *organization is a major challenge because of the way how to will make this rescue of information.*

**Palavras-chave:** Curadoria Digital. Documento Digital. Documento Eletrônico. Memória. **Keywords:** *Digital Curation. Digital Document. Eletronic Document. Memory.*

## 1. Introdução

Os documentos de arquivo são produzidos com intuito de registrar atividades e tarefas da gestão administrativa pública ou privada, bem como de pessoas físicas, ou seja, existe a atividade que deve ser realizada, e existe o documento de arquivo, que se apresenta como uma representação materializada dessa atividade, investida de valores informativos específicos que lhe conferem autoridade jurídica testemunhal e probatória (Crivelli; Bizello, 2012).

O documento não é um dado, mas o produto de uma vontade, aquela de informar ou de ser informado. Assim sendo, o documento tem a função de prova e de suporte da

informação que a fixa, podendo ser produzido intencionalmente “e/ou ter uma função atribuída” (Murguia; Grigoletto, 2009:7).

Em relação ao acesso aos Arquivos Públicos e seu acervo, historicamente é possível inferir que foi na Revolução Francesa que a administração de arquivos é marcada pelo início de uma nova era, estabelecendo-se o quadro de uma administração de arquivos públicos de âmbito nacional. Os Arquivos Nacionais, fundados originalmente em 1789 como repartição dos arquivos parlamentares da Assembleia Nacional passaram pelo decreto de 24 de junho de 1794 (7 Messidor II), a constituir um estabelecimento central dos arquivos do Estado, ao qual foram subordinados os depósitos existentes nas províncias. O resultado foi que pela primeira vez uma administração orgânica de arquivos cobriu toda a rede de depósitos existentes de velhos materiais e de repartições públicas criadoras de documentos (Posner, 1940).

Hoje o acervo, além do suporte em papel, também tem seu suporte no meio digital. Desta forma, a preservação não deve ser pensada somente em meio físico, mas também em meio digital, visto que os documentos que estão sendo produzidos atualmente comporão o passado, que será resguardado para acesso futuro. Portanto, precisa-se pensar na preservação como um todo, em todos os suportes.

Quando fala-se em Curadoria, cabe entender que “O ato de ‘curar’ está relacionado com o zelo, cuidado e atenção com alguma coisa.”, “[...] etimologicamente a palavra curadoria tem origem no latim *‘curator’*, que quer dizer ‘aquele que administra’, ‘aquele que tem cuidado e apreço’.” por alguma coisa. O curador é “[...] uma pessoa **responsável por organizar e administrar os bens** [...] de alguém que esteja ausente de suas obrigações.” A curadoria pode ser composta por um grupo de pessoas, como por exemplo, uma diretoria, que tem a finalidade de debater, organizar e realizar eventos, ações, promoções ou demais situações que necessitam ser planejadas (Significados, 2015, n. p.).

Já o termo Memória pressupõe auto-referência, podendo ser considerada a história vivida; é subjetiva, sendo um processo composto de relações interacionistas, que vão se construindo. Além disso, são

inconclusivas e mediadas por relações dialógicas, visto que toda memória pressupõe lembranças (normalmente relacionadas a uma forte emoção como amor, ódio, raiva, etc.) e esquecimentos (aquilo que não se deseja ser, ou que não é entendido como útil), sendo necessária para que, o que foi aprendido persista ao longo do tempo, estando relacionada a pertencimento, pois permite que as pessoas se sintam parte (Izquierdo, 2002).

Com base no significado apresentado para os termos curadoria e memória vale enfatizar que neste trabalho será dado destaque à Curadoria Digital e sua relação com a memória, pois corroborando com a ideia de Hollós (2010) já há algum tempo vivenciamos constantes rupturas em que o universo digital nos obriga a refletir o papel do conservador na sociedade da informação.

Desta forma, a informação que hoje é gerada em meio eletrônico/digital, trafega em redes cada vez mais velozes e efêmeras. Assim, tem sido um dos maiores desafios para os Arquivistas e profissionais da Tecnologia de Informação (TI) preservar estas estruturas, ao menos em parte, em termos de conteúdo e ambiência tecnológica (Hollós, 2010).

Conforme Abrams; Cruses; Kunze (2008), hoje a conservação e acesso são complementares, uma vez que a primeira proporciona o acesso no futuro, e a segunda depende da preservação em um momento no tempo. Portanto, na medida em que a internet evolui e há uma expansão da sociedade digital, o termo Curadoria Digital ganha destaque, sendo utilizado para diversas ações a partir de critérios e recortes específicos, uma vez que a informação hoje gerada em meio eletrônico/digital é cada dia mais efêmera e veloz ampliando os desafios (Corrêa; Bertocchi, 2012).

De acordo com o apresentado acima, neste trabalho nosso recorte/foco está em apresentar um ensaio teórico, discutindo a importância da Curadoria Digital e seu ciclo, relacionada aos novos formatos documentais e à constituição da Memória. A discussão deste conteúdo faz parte do desenvolvimento do projeto de pesquisa “A memória e a constituição de bases de conhecimento nos ambientes institucionais”.

## **2. Procedimentos Metodológicos**

Este ensaio teórico configura-se como descritivo exploratório, por tentar descrever características dos fenômenos estudados estabelecendo relações entre a Curadoria Digital e sua importância na constituição da Memória.

Segundo Triviños (1987) e Marconi e Lakatos (2007) os estudos descritivos exploratórios visam aprofundar o conhecimento a respeito de determinada realidade, portanto o foco foi desenvolver uma revisão bibliográfica que tratam das temáticas que sustentam a discussão aqui proposta com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre esta temática, com base em um contexto complexo.

O ensaio teórico foi realizado utilizando-se da pesquisa descritiva exploratória, pois ela busca constatar algo num organismo ou num fenômeno. Segundo Gil (1991) visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito. Além disso, a revisão bibliográfica foi feita com base em documentos já elaborados, tais como livros, dicionários, enciclopédias, periódicos, jornais e revistas, além de publicações como comunicação e artigos científicos, resenhas e ensaios críticos, pois Oliveira

(2007: 69) defende que a principal finalidade da revisão bibliográfica é levar o “[...] pesquisador (a) a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo.”

Gil (2009:61) explica que o “[...] levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação.”

Para o autor acima citado, a leitura que se faz na revisão bibliográfica deve servir aos seguintes objetivos: Identificar as informações e os dados constantes do material impresso; Estabelecer relações entre as informações e dados obtidos com o problema proposto e Analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores, almejando reflexões visando uma melhor compreensão do objeto e fenômenos investigados.

Por meio do ensaio teórico, realizou-se o levantamento de referencial teórico, delimitando-se os assuntos: Curadoria Digital, documento digital, documento eletrônico e memória. Assim, é apresentado o referencial teórico levantado para análise e discussão com objetivo esclarecer e ressaltar a importância da Curadoria para constituição da Memória.

### **3. Documento digital e documento eletrônico: diferenças terminológicas e tecnológicas**

Neste momento são apresentados e discutidos os temas “Documento Digital” e “Documento Eletrônico”, com foco em suas diferenças.

De acordo com Barros e Amélia (2009:60) “concebe-se documento arquivístico como um bem cultural patrimonial, emanado do saber e da memória da humanidade, com sentidos determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio- histórico em que as palavras são produzidas”.

Em relação ao campo da Historiografia, o termo documento foi utilizado para designar testemunho histórico, ideia partilhada de acordo com os preceitos da escola positivista, tendo suas raízes nos séculos XIX e XX. Desta forma, tanto historiadores, quanto arquivistas, embasados em visões positivistas, utilizaram o documento como forma de prova de uma ação, o que provocava um afastamento a qualquer subjetividade e intencionalidade que pudesse contrapor-se à produção documental no que se refere à sua objetividade. Porém, no século XX, o documento passou a ser considerado um recurso necessário e indispensável para garantir confiabilidade aos trabalhos produzidos pelos pesquisadores, no que tange à obrigação de apresentação das suas fontes de informações utilizadas como recurso à elaboração destes trabalhos (Murguia, 2011:38).

Conforme com Barros; Amélia (2009:60), “os documentos arquivísticos se constituem em fontes de informações indispensáveis a ser interpretadas, analisadas e cotejadas. Eles são obras humanas que registram, de modo fragmentado, informações ricas e complexas sobre relações coletivas.”

Jardim (1996:6), em seus estudos, defende que

*A literatura e a prática arquivísticas destacam, sobretudo a partir dos anos 50, importância da avaliação e seleção de documentos. A quantidade e a variedade de suportes e formatos documentais, de um lado, e a escassez de recursos arquivísticos, de outro, implicam que os documentos produzidos e acumulados por uma organização devam inevitavelmente passar por um processo de avaliação. Esta avaliação teria objetivos aparentemente muito simples: identificar o valor dos documentos de maneira a estabelecer prazos de retenção nas fases corrente e intermediária, definindo assim as possibilidades de eliminação, microfilmagem e recolhimento aos arquivos permanentes.*

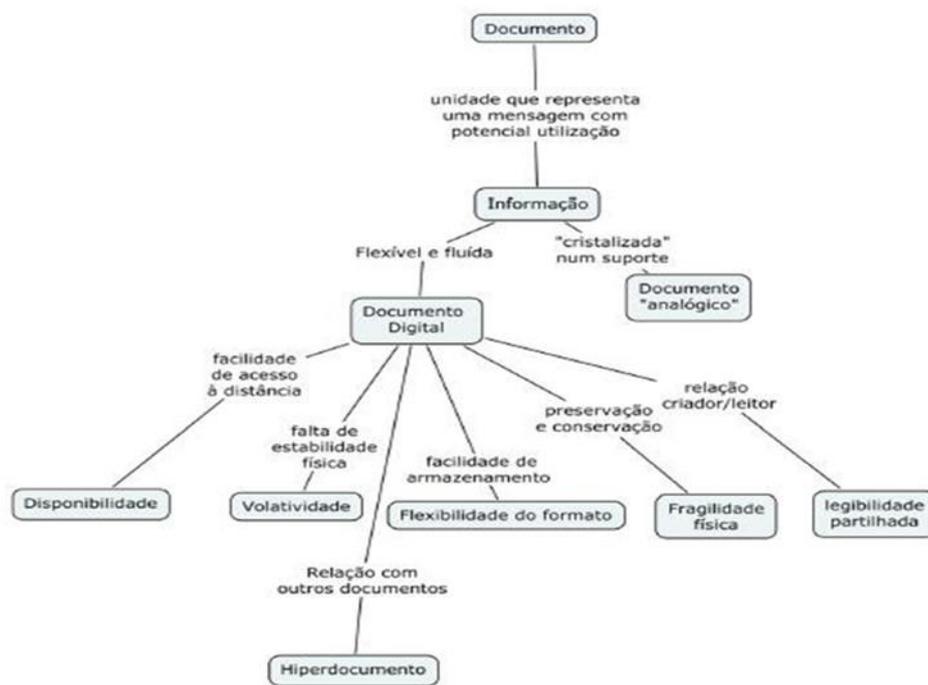
Para Nascimento e Valentim (2012), após a identificação dos tipos documentais, o estabelecimento da tipologia documental proporciona o conhecimento da tramitação que o documento percorre dentro de uma organização, propiciando rápido acesso, recuperação e uso, por parte de quem dele necessita, acarretando como resultado o aumento da eficiência e eficácia organizacionais.

Troitiño-Rodríguez (2012) defende que a recuperação da história institucional revela as *praxis* e transformações burocrático-administrativas pelas quais a entidade perpassa no período de sua existência. Destarte, por meio do conhecimento do sistema organizacional da entidade, identificando-se suas funções, atividades e procedimentos, compreendem-se os mecanismos pelos quais as informações são registradas, assim como sua contextualização de produção documental.

Com o avanço tecnológico, e por sua vez a propagação dos meios audiovisuais (a imprensa, o telégrafo o cinema e a televisão), foi mudando a maneira de como se estavam arquivando os documentos. Assim, com este desenvolvimento, se faz uma diferença entre o documento digital, documento eletrônico e documento não eletrônico ou impresso, onde a essa diferença só radica no material que o conforma (Lapiente, 2013).

De acordo com Rondinelli (2011) embora o termo documento eletrônico seja preferencialmente utilizado na literatura arquivística internacional em detrimento do termo documento digital, e em que pese a consagração dos dois termos como sinônimos, tecnicamente há diferença entre ambos.

**Figura 1 - Mapa conceitual de Documento Digital**



Fonte. Siqueira, 2012:136.

Siqueira (2012:136) apresenta, na Fig. 1, um mapa conceitual a respeito do termo “documento digital”. Neste contexto, parte-se da discussão do termo “documento”, que contém informação, flexível e fluida, caminhando para o “documento digital”, envolvendo questões como: disponibilidade (facilidade de acesso), volatividade (falta de estabilidade física), hiperdocumento (relação com outros documentos), flexibilidade do formato (facilidade de armazenamento), fragilidade física (preservação e conservação), legibilidade partilhada (relação criador/leitor).

Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a instituição expõe que em nível internacional, não tem diferença em falar de documento digital e documento eletrônico, porém quando estes dois conceitos são abordados desde a perspectiva tecnológica, apresentam diferença, a qual está dada desde os termos “digital” e “eletrônico”. Para isso, o CONARQ (2015) apresenta: “**documento eletrônico** é acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico (aparelho de videocassete, filmadora, computador), podendo ser registrado e codificado em forma analógica ou em dígitos binários.” Em relação a **documento digital** “é um documento eletrônico caracterizado pela codificação em dígitos binários e acessado por meio de sistema computacional. Assim, todo documento digital é eletrônico, mas nem todo documento eletrônico é digital.”

Segundo Lapuente (2013), no documento eletrônico, seu conteúdo se encontra em um meio ou suporte eletrônico, que pode ser (CD, DVD, *memory card*, entre outros), com o que se pode inferir que para poder ter acesso a esse tipo de documento, se faz necessário ter um aparato eletrônico, que auxilia para a visualização de dita informação.

A autora expõe que “todo documento digital é um documento eletrônico, mas não acontece o mesmo no sentido contrário”. Já o documento digital tem seu conteúdo expressado em bits, o que implica que

deve haver um dispositivo que consiga transmitir ou guardar a informação neste formato (bits). Sendo assim, um documento digital pode ser texto feito em computador, gráficos feitos em algum programa como por exemplo Excel, uma imagem fotográfica, um som, entre outros.

Sendo assim, um documento digital poderia ser um documento em PDF, um áudio em MP3, um formato em Excel, um vídeo em formato AVI, entre outros. E um documento eletrônico, é por exemplo um filme em VHS, música em CD, *pen drive*, tarjetas de memória, entre outros. Com a facilidade que hoje em dia se tem para a consecução de informação digital, ela mesma se tem convertido em um dos produtos mais importantes, devido à comodidade para seu acesso e domínio, e as suas diversas formas de visualização<sup>1</sup>.

#### 4. Curadoria Digital

De acordo com Couture e Rousseau (1998), desde a Antiguidade as civilizações tentavam de alguma forma preservar a história. Como suporte elas utilizavam o papel, o couro, o papiro e as placas de argila. Foi no século XX que se criou suportes como: videodiscos, fitas magnéticas, disquetes, como forma de conservação da informação, permitindo também uma maior capacidade de armazenagem e facilitando a difusão. Negativamente, estas novas formas de armazenamento trouxeram problemas relativos à organização da informação.

Atualmente existem como suportes de informação o *pen drive*, o *memory card*, hd externo, entre outros, com grande capacidade de armazenagem de informações e fácil portabilidade. Por outro lado, em alguns anos também se tornarão obsoletos como os demais suportes citados, visto que já se fala de arquivos em nuvem.

A propósito Conway (2001) afirma que todos os suportes digitais utilizados como forma de preservação dos documentos são válidos, apesar de sua obsolescência, pois, de uma maneira ou outra, acabam ajudando também na conservação dos documentos originais. Documentos valiosos, de valor histórico ou probatório, não necessitam ser manuseados com frequência, fazendo aumentar sua vida útil, já que muitos destes documentos já estão se decompondo, estando quebradiços e amarelados pela ação do tempo.

Conway (2001) afirma que a preservação por meio do universo digital além de possibilitar o uso da informação e proteger o documento original, é necessário lembrar de manter os objetos digitais, pois além de conservar e preservar os originais, será necessário também proteger as cópias digitais, denominada "preservação digital", o que requer a constante migração dos arquivos digitais para outras mídias mais recentes de modo a garantir o acesso.

Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, faz-se necessário diferenciar preservação de conservação, assim sendo: "Conservação: promoção da **preservação** e da **restauração** dos **documentos**." (Brasil, 2005:53, grifo do autor). "Preservação: Prevenção da deterioração e danos em **documentos**, por meio de adequado **controle ambiental** e/ou tratamento físico e/ou químico." (Brasil, 2005:135, grifo do autor).

---

<sup>1</sup> Formatos digitais como pode ser mp3, mp4, AVI, entre outros

Antes de tratar a temática Curadoria Digital, um dos focos teóricos desta pesquisa, vale ressaltar que a literatura possui alguns conflitos quanto às temáticas de Preservação Digital e Curadoria Digital, pois muitos relacionam os termos como similares e outros distinguem hierarquicamente seus fazeres e abrangência.

O Conselho Nacional de Arquivos, por meio da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (2006:13) define preservação digital como: o conjunto de ações destinadas a manter a integridade e a acessibilidade dos documentos digitais ao longo do tempo. Devem todas as características essenciais: físicas (suporte), lógicas (software e formato) e conceituais (conteúdo exibido). (...) As ações de preservação digital têm que ser incorporadas desde o início do ciclo de vida do documento. (...) Nos documentos digitais, o foco da preservação é a manutenção da autenticidade e do acesso.

Ferreira (2006) usa o termo preservação digital para designar um conjunto de atividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado, a longo-prazo, à informação e ao patrimônio cultural existente em formato digital. A preservação seria a responsável por garantir que a comunicação entre um emissor e um receptor fosse possível, não só através do espaço, mas também através do tempo, permanecendo acessível e com qualidade de autenticidade para ser interpretada no futuro.

Diversas estratégias foram sendo propostas nos últimos anos para conter a perda de informação em meio digital, como o **refrescamento**, a **emulação**, a **migração**, entre outros, porém, neste momento serão apresentadas às 3 (três) estratégias acima citadas.

Conforme Ferreira (2006:33, grifo nosso), "o **refrescamento** de suporte consiste na transferência de informação de um suporte físico de armazenamento para outro mais atual antes que o primeiro se deteriore ou se torne irremediavelmente obsoleto." Por exemplo, as fitas cassetes VHS e os disquetes de 3.5 polegadas que foram substituídos pelos *pen drives* e DVDs.

Já a **emulação**, segundo Ferreira (2006) é um *software* chamado emulador, que reproduz o comportamento de uma plataforma podendo ser hardware e/ou software, imitando seu comportamento, mesmo que esteja obsoleto. Possui grau elevado de fidelidade, preservando as características do objeto original. Entretanto, ressalta-se que até mesmo o emulador futuramente ficará obsoleto, sendo necessário criar uma nova plataforma ou novo emulador capaz de emular o anterior.

Para Ferreira (2006:36) **migração** consiste na "transferência periódica de material digital de uma dada configuração de hardware/software para uma outra, ou de uma geração de tecnologia para outra subsequente."

Na migração o importante é preservar o conteúdo intelectual do objeto digital, e não seu formato, diferente das outras estratégias, que preservam o seu formato e não conteúdo. Desta forma, a migração pode ter novos formatos em novas gerações de *hardware* e *software* (Márdero Arellano, 2004).

Um modelo muito utilizado para preservação de documentos digitais é o *Open Archival Information System* mais conhecido como OAIS. Segundo Márdero Arellano (2004, p. 20): "no esquema conceitual do OAIS existem seis entidades funcionais: recepção, armazenamento, gerenciamento de dados, administração do sistema, planejamento de preservação e acesso." Todas trabalhando em perfeito

funcionamento no arquivo desde seu produtor dentro da administração, até chegar em seu consumidor.

De acordo com Ferreira (2006:29), o modelo OAIS possui um componente denominado planejamento de preservação que é

*[...] responsável pela monitorização do ambiente externo ao repositório e por desencadear eventos de preservação sempre que necessário. É, por exemplo, da responsabilidade deste componente definir as estratégias de preservação a utilizar no interior do repositório, monitorizar as tendências comportamentais da sua comunidade de interesse ou identificar formatos que se encontram na iminência de se tornar obsoletos.*

Percebe-se que o OAIS é uma ferramenta de grande valia e a tendência é que ela cresça cada vez mais, pois há facilidade de mecanismos, qualidade de preservação, usabilidade e disseminação de informação.

Deve-se lembrar que a preservação digital tem de se ater aos princípios arquivísticos, conceitos e metodologias. Assim como em meio físico, também deve-se haver organização em meio virtual.

Nesta pesquisa defende-se que a Preservação Digital é um item que compõe o complexo conjunto de fazeres da Curadoria Digital, uma vez que a curadoria visa melhorar um conjunto de dados e processos operacionais e estratégicos.

Siebra *et al.* (2013, n. p.) defendem que Curadoria Digital emerge dos estudos de Repositórios Digitais, como

*uma área de pesquisa e prática interdisciplinar que reflete uma abordagem holística para o gerenciamento do objeto digital e inclui atividades que abrangem todo o ciclo de vida desse objeto. De acordo com o Digital Curation Center (DCC), a Curadoria Digital exprime a ideia de manter e agregar valor à informação digital, tanto para uso atual quanto futuro e envolve a gestão ativa e a preservação de recursos digitais durante todo o ciclo de vida do dado digital, enquanto houver interesse do mundo acadêmico e científico. A preservação digital passa, então, a ser entendida como uma etapa no âmbito desse ciclo.*

Nesse sentido surge a Curadoria Digital, com vistas ao gerenciamento do objeto digital contendo atividades que abarcam todo o ciclo de vida desse objeto, com o intuito que ela continue acessível e se consiga recuperar por quem dele precise.

Conforme explicam Rosenbaum (2011) e Beiguelman (2011), o crescimento da pertinência de curadoria de informação ao gigantesco volume de dados na web, abrangendo os mecanismos de busca, os sites de redes sociais entre outras; o que apresenta a administração de uma grande quantidade de dados na internet e em internet, levando em conta um conceito bastante conhecido, o de curadoria, que na atualidade é ajustado ao entorno digital. Nesse contexto, a atuação da “Curadoria Digital” é um termo que engloba distintas terminologias e níveis de desempenho como: “curadoria de informação”, “curadoria de conteúdo”, “curadoria de conhecimento” e “curadoria de dados”, que na maioria dos casos põe como protagonista os seres humanos, os quais têm a capacidade de filtrar informações e reorganizá-las para uma vasta quantidade de usuários (Rosenbaum, 2011).

Para o mesmo autor mencionado anteriormente a grande quantidade de informação promove a busca de material de qualidade, reflexivo, filtrado e organizado pelos humanos, o qual seja investigado por

periodistas, e que seja intelectualmente relacionado. Justamente é isso a Curadoria Digital, é a capacidade de um sistema ou um ser humano para encontrar, organizar, filtrar e dar valor, relevância e significância à informação de um assunto específico que vem de diferentes fontes como: mídias digitais, ferramentas de comunicação, redes sociais, entre outras.

Jennings (2007) ressalta a ação dos produtores de conteúdo especializados como curadores da memória cultural, conservando materiais, informações e arquivos de diferentes tempos da história, disponibilizando-os por meio da digitalização. Também aparece a noção de curadoria da memória social nas práticas de *Fansourcing* (fãs de música em plataformas digitais) (Amaral, 2010).

Continuando com o contexto acima citado, e de acordo como *Digital Curation Centre*<sup>2</sup> (DCC), a Curadoria Digital revela a ideia de conservar e adicionar valor à informação digital, tanto para uso atual e futuro, a qual abarca a manutenção, a gestão ativa e a preservação de recursos digitais por meio do ciclo de vida do dado digital, enquanto houver importância no âmbito acadêmico e científico.

Para Abbot (2008, n. p.) Curadoria Digital é definida como

*Todas as atividades envolvidas no gerenciamento de dados desde o planejamento de sua criação, também as melhores práticas em matéria de digitalização e documentação, com o intuito de assegurar a sua disponibilidade e adequação para a descoberta e re-uso, no futuro, o que também faz parte da Curadoria Digital. Curadoria Digital também pode incluir gerenciamento de grandes conjuntos de dados para o uso diário, por exemplo, garantindo que eles possam ser pesquisados e legíveis no futuro. (Tradução nossa).*

Com base na citação acima podemos inferir que Curadoria Digital pode ser compreendida para além do controle do repositório que conserva os recursos e abrange a atenção do autor do conteúdo e dos usuários futuros.

Já Lee e Tibbo (2007, n. p.) definem Curadoria Digital como

*Curadoria Digital envolve a seleção e avaliação por criadores e arquivistas; evoluindo na oferta de acesso intelectual; armazenamento redundante; transformações de dados; e, para alguns materiais, um compromisso com a preservação em longo prazo. Curadoria Digital é o [conjunto de atividades] que prevê a reprodutibilidade e reuso de dados digitais autênticos e outros ativos digitais. Desenvolvimento de repositórios digitais confiáveis e duráveis; princípios da boa criação de metadados e captura; uso de padrões abertos para formatos de arquivo e codificação de dados; e a promoção da alfabetização de gerenciamento de informações são essenciais para a longevidade dos recursos digitais e para o sucesso dos esforços de curadoria. (Tradução nossa).*

A Curadoria Digital enfrenta constantes desafios, pois tem que lidar com a obsolescência e evoluções de formatos de armazenamento, deve propiciar buscas flexíveis e variadas, pois a forma digital, embora aparentemente se mostre bastante atrativa, rapidamente se torna obsoleta, exigindo uma preservação vigiada e permanente, com garantias de recursos materiais para as atualizações necessárias.

Em relação à obsolescência dos formatos de armazenamento, Hollós (2010), defende que os equipamentos e softwares utilizados são substituídos rapidamente por versões mais recentes e o risco da obsolescência é o grande inimigo ainda não dominado. A forma digital, embora aparentemente se

---

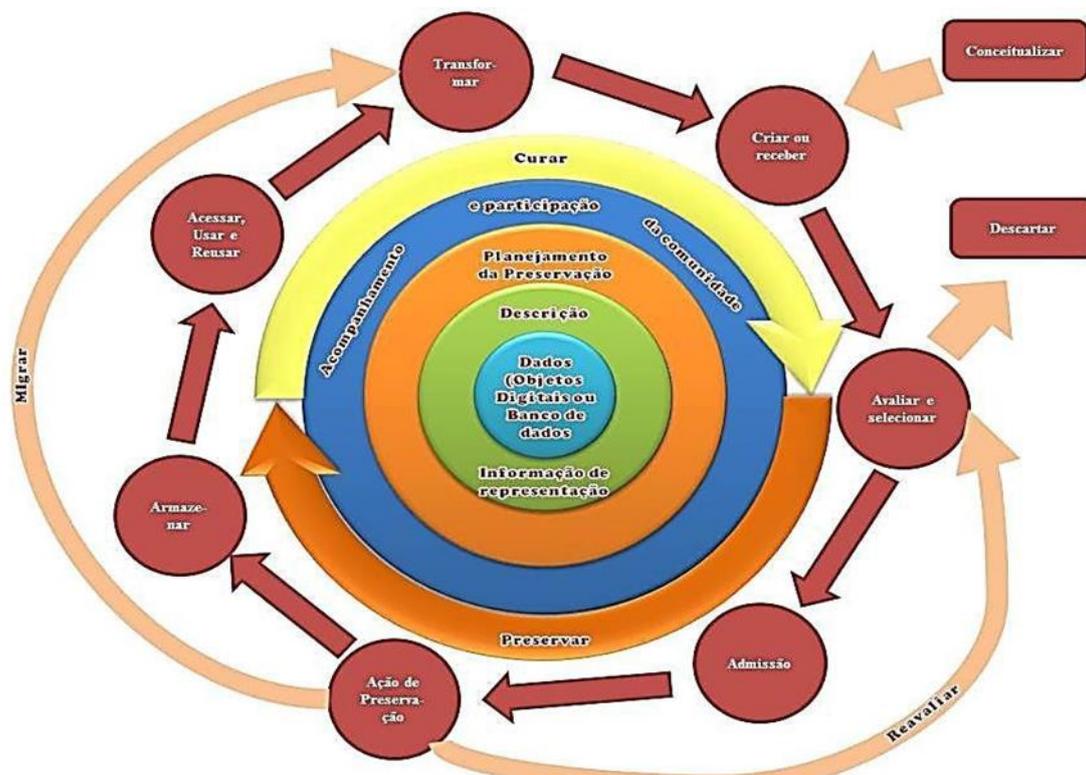
<sup>2</sup> <http://www.dcc.ac.uk/digital-curation/what-digital-curation>

mostre bastante atrativa, rapidamente se torna obsoleta, exigindo uma preservação vigiada e permanente, com garantias de recursos materiais para as atualizações necessárias.

A diferença entre o documento em papel e o digital requer recursos tecnológicos, com o propósito de decifrar os bits em reproduções inteligíveis aos humanos. Por essa razão se faz importante plasmar para que a tecnologia é indispensável: ela possibilita o ingresso e leitura do objeto digital físico; para conhecer as normas empregadas para a codificação do elemento digital lógico e a decodificação para o elemento digital conceitual. Sem a tecnologia apropriada para acesso desses dois objetos expostos teria como consequência, a perda total do conteúdo (Yamaoka, 2012).

O entorno computacional está compreendido por elementos tecnológicos de numerosos provedores. Ora, o teor digital de uma empresa é gerado em diferentes registros (softwares), que originam objetos (os quais também podem estar em computadores localizados em outros lugares) com diferentes formatos, que são conservados em diversos tipos de mídias óticas e magnéticas. Além disso, a preservação digital requer a administração de aqueles componentes, para garantir o ingresso ao conteúdo. Cabe ressaltar, que “[...] um objeto digital – para ser decodificado – não depende de um ou dois componentes tecnológicos, mas de um sistema tecnológico, onde um componente depende de vários outros para a execução da sua função. Esta inter-relação é complexa devido à origem distinta das fontes (internas e externas) de tais componentes.” (Yamaoka, 2012:72).

**Figura 2 - Ciclo de vida da Curadoria Digital**



Fonte. Higgins, 2008, apud Yamaoka, 2012:71

O ciclo tem início na **conceitualização** que, segundo Sayão e Sales, "é conceber e planejar a criação do dado, incluindo os métodos de captura e as opções de armazenamento". Após esse primeiro estágio, são feitas as Ações Sequenciais que se iniciam com a **criação ou recebimento** dos dados produzidos,

por meio de políticas de coleta no interior da instituição. Logo em seguida, os dados são **avaliados e selecionados**, para que seja possível distinguir entre os conteúdos que serão **preservados** e os que serão **descartados**. Os que não são descartados serão **admitidos**, arquivados, transferidos a um local apropriado.

No arquivo, ou centro de dados o conteúdo passa por **ações de preservação**, para que ele mantenha sua autenticidade e possa ser utilizado a longo prazo. Está incluso nas ações de preservação: “a limpeza do dado e sua validação, a adição de metadados de preservação e de informação de representação e a garantia de estruturas de dados ou formatos de arquivos aceitáveis” (Sayão; Sales, 2012:186). Posterior as ações de preservação, os dados podem ser encaminhados para uma **reavaliação**, passar para etapa de **armazenamento** ou **migrar** para **transformação**. Ao serem armazenados transitam por uma ação de **acesso, uso e reuso** para garantir a disponibilidade dos mesmos aos usuários. A etapa de transformação implica em, a partir dos dados originais, produzir novos dados de diferentes formatos dando abertura a novos resultados e publicações.

Dentro deste ciclo mais amplo estão as “ações que permeiam todo ciclo de vida da Curadoria Digital”. No centro desse ciclo estão os **Dados (Objetos Digitais ou Banco de Dados)**, esses devendo passar por **descrição e representação da informação**, feitas de acordo com padrões para que a descrição seja adequada e o conteúdo representado no intuito de facilitar o entendimento do usuário. Prontamente é necessário um **planejamento da preservação** e depois o **acompanhamento e participação da comunidade**, que inclui o desenvolvimento de ferramentas e *software*, para que os conteúdos sejam compartilhados. Seguidamente são realizados os processos de **curadoria e preservação** que compreendem “estar continuamente alerta e empreender as ações administrativas e gerenciais planejadas para a curadoria e preservação por todo ciclo de vida da curadoria.” (Sayao; Sales, 2012:186)

Conforme o quadro anterior, poderia se explicar que um programa de Curadoria Digital tem como intuito de proteger os objetos digitais, permitindo o acesso e o empregado em todo seu ciclo de vida. O valor que tem isso é o compartilhamento dos dados, minimizando a repetição de esforços na geração deles e tornando-os acessíveis para obtenção de novos conhecimentos. Por conseguinte, a Curadoria Digital permite manter o documento íntegro e acessível, enquanto este possuir valor jurídico (evidência); extrair novos conhecimentos (valor informacional e de pesquisa); preservar a memória da sociedade (valor histórico); e evitar o retrabalho de recriar os dados já produzidos anteriormente (Yamaoka, 2012).

Um programa de Curadoria Digital tem como objetivo salvaguardar os objetos digitais, possibilitando o acesso e o reuso em todo seu ciclo de vida. O valor despendido para produzir tais objetos tem como retorno o compartilhamento dos dados, o que reduz a duplicação de esforços na criação destes e tornando-os disponíveis para extração de novos conhecimentos. Portanto, a Curadoria Digital permite: manter o documento íntegro e acessível, enquanto este possuir valor jurídico (evidência); extrair novos conhecimentos (valor informacional e de pesquisa); preservar a memória da sociedade (valor histórico); e evitar o retrabalho de recriar os dados já produzidos anteriormente. (Yamaoka, 2012:70)

## 5. Memória

Para Huyssen (2000:9), “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais.” Para ele, “[...] a memória se tornou uma preocupação cultural de proporções monumentais [...]” e não há dúvida de que “[...] todos nós representamos os nossos papéis neste processo [...]”.

Freud (1973, apud Oliveira, 2010:42–43) ainda no final do século XIX, já propunha sua concepção de aparelho de memória caracterizado por traços que podem ser guardados, recuperados, mas que não são inalteráveis. Além disso, antecipa-se na formulação do que viria a ser o computador:

*Os aparatos auxiliares que inventamos para aperfeiçoar ou intensificar nossas funções sensoriais são todos construídos à semelhança do órgão sensorial correspondente ou de uma parte do mesmo (lentes, câmaras fotográficas, cornetas acústicas etc.). Deste ponto de vista, os dispositivos auxiliares de nossa memória parecem muito defeituosos, pois nosso aparato psíquico realiza precisamente o que aqueles não podem. Apresenta uma ilimitada capacidade receptora de novas percepções e cria, além disso, marcas duradouras, embora não invariáveis, das mesmas.*

Le Goff (2003:433) ao afirmar que “o armazenamento de informações permite comunicar através do tempo e do espaço, fornecendo ao homem um processo de marcação, memorização e registro”, garante a preservação da memória e contribui para o progresso das ciências, tecnologia e da humanidade.

Além disso, os suportes de informação que corroboram com a cristalização da memória eram constituídos, na maioria dos casos, em materiais perecíveis, ou seja, produtos orgânicos, a exemplo dos documentos em papel. Estes suportes são naturalmente afetados pelas variações da umidade relativa e de temperatura, provocando assim a sua expansão e conseqüentemente a sua deterioração estrutural, principalmente quando exposto a raios ultravioletas e à incidência de luz mecânica. (Bezerra; Oliveira, 2013)

Na sociedade atual, a informação digital é uma realidade no século XXI, visto que diversos materiais foram registrados e com o boom da internet, diferentes organizações fizeram e fazem uso deste registro/formato sendo indispensáveis práticas efetivas de administração dessa informação, visto que estes repositórios precisam ser resguardados (Márdero Arellano; Leite, 2008). Com isso, se faz necessário pensar, além dos repositórios, como se devem organizar e fazer para ter acesso constante, já que eles são ou podem ser considerados ambientes de memória.

O exercício de memória individual, na Idade Média, dá lugar à criação de sistemas arquivísticos e bibliográficos de organização dos meios escritos de memória coletiva. A biblioteca de Warburg descrita por Settis (2000), o sistema de organização conceitual para ajudar a memória de escritores, criado por Peter Mark Roget (1998) no início do século XIX na Inglaterra, as classificações bibliográficas de Melvil Dewey, Henry Evelyn Bliss e Shiyali Ramamrita Ranganathan na passagem do século XIX para o século XX (Piedade, 1983), sem mencionar o espírito enciclopedista são exemplos de criação de memórias auxiliares ao conhecimento registrado e acumulado em coleções de livros, papéis e objetos. Enfim, os novos meios de memória eletrônica que aparecem nas últimas décadas do século XX nos convidam a pensar a memória no século XXI, suas configurações e desafios. (Dodebeij, 2009)

Com o surgimento da escrita, há uma modificação em relação à transmissão do conhecimento social, que passou do oral para a forma escrita, registrada. Os acontecimentos poderiam ser registrados em algum tipo de suporte, tirando da memória humana a função exclusiva de reter e preservar as informações. Diante desse contexto, a memória sofre um processo de afastamento do sujeito ou da comunidade, e torna-se objetiva, morta, impessoal, causando a separação do conhecimento, da identidade pessoal e coletiva; o saber se torna disponível, estocável, consultável, comparável, transformando-se em um objeto possível de análise e exame, e não somente considerado como útil no dia-a-dia (Monteiro; Carelli; Pickler, 2008:8). Esse processo trouxe grandes transformações na forma em que a informação era retida e transmitida: o indivíduo perde seu poder de ser o único a reter e transmitir o saber; as informações passam a ter um cunho mais coletivo do que individual, visto que mais pessoas teriam acesso ao registro do conteúdo; o saber de toda uma comunidade passa a ser passível de ser analisado e modificado; porém, sem o devido cuidado quanto a sua preservação, também aumenta a possibilidade de ser perdido.

Spiller e Pontes (2007:99) explicam que “[...] as experiências pelas quais passa uma organização são acumuladas, ao longo dos anos, nas suas pessoas, cultura, processos e em seus documentos, e esse conjunto de conhecimentos forma a sua memória”. Assim, a memória de uma organização envolve todo seu ambiente, perpassando por sua cultura organizacional, de recursos humanos, estrutura organizacional, estrutura tecnológica, e toda a documentação que ela produz mediante sua atuação.

Desta forma, os documentos de arquivo são produzidos para registrar atividades e tarefas da gestão administrativa pública ou privada, bem como de pessoas físicas, ou seja, existe a atividade que deve ser realizada, e existe o documento de arquivo, que se apresenta como uma representação materializada dessa atividade, investida de valores informativos específicos que lhe conferem autoridade jurídica testemunhal e probatória (Civelli; Bizello, 2012).

Além disso, os documentos, independente do suporte onde estão registrados, contribuem para o resgate e produção de memórias, de modo a trazer ao conhecimento público fragmentos de informações que certamente ficariam perdidas no tempo (Braz; Holanda; Ferreira, 2012).

Em relação à memória, a sociedade atual tem à sua disposição, tecnologias potentes para tratamento e memorização, trazendo a sensação de que a memória está armazenada. Esse fato traz como consequência, dois problemas: 1) com as tecnologias de informação, os documentos são registrados como um conjunto de instruções que podem ser lidos e interpretados por meio de programas específicos, ou seja, caso o programa no qual determinados arquivos foram gerados, não sejam atualizados, corre-se o risco de se alterar, de forma irremediável, a memória geral da sociedade; 2) com o crescimento exponencial de documentos de todos os tipos, surge algumas questões: deve-se preservar todos os documentos que foram e estão sendo gerados?; deve-se analisar qual deverá ser preservado?; e, finalmente, em qual suporte? (David; Foray, 2002)

Dessa forma, Crippa (2010) considera que a memória permite o resgate de algo pertencente ao passado, comparando-os com os dados do presente, proporcionando a preservação de determinadas informações, essenciais para a experiência individual e o conhecimento de natureza científica, filosófica ou técnica. A memória é considerada o único instrumento através do qual, ideias e palavras podem ser reunidas, fugindo, assim, ao império do imediato: imprime as direções do tempo e permite

uma continuidade social. Sem ela, desapareceriam os elos sociais, assim como a própria noção de sociedade, as identidades individuais e coletivas, a possibilidade da construção do conhecimento, ou seja, pode ser considerada uma ferramenta para a construção de uma determinada sociedade, assim como de transmissão cultural.

Azevedo Netto (2007) defende que a informação pode ser considerada como aquela voltada a produção de significados socialmente aceitos, sendo um fenômeno no qual sua produção, além de um bem simbólico, envolve sua disseminação e consumo, implicando na sua própria reprodução.

Desta forma, o registro, seja em qual formato for (impresso, digital/eletrônico), possibilita a preservação e o acesso à informação produzida pelo indivíduo na sua atuação perante a sociedade/comunidade a qual pertence. A partir daí, o armazenamento que permite o acesso a essa informação produzida individualmente, tem como consequência a geração de mais informação, nesse segundo momento de forma coletiva e compartilhada, isto é, a informação é gerada, registrada e preservada, possibilitando sua disseminação. Os indivíduos que a acessam geram novas informações, por meio da apropriação e internalização, a partir das relações estabelecidas com os conteúdos e as experiências anteriormente internalizados.

## **6. Considerações parciais**

Visto que o foco deste ensaio teórico foi discutir a importância da Curadoria Digital tendo como foco os novos formatos documentais e a constituição da memória, é importante ressaltar que é grande a quantidade de informações que na atualidade são geradas no entorno digital, e que estudos sobre memória vem se destacando em contextos sociais, políticos e econômicos uma vez que a tendência é que informações e conhecimentos se massifiquem cada vez mais. Porém, o que se observou, durante o ensaio teórico, é que ainda não há produção científica publicada a respeito da prática da Curadoria Digital nos ambientes de memória.

Desse modo, pode-se considerar que o objetivo previamente proposto foi atingido, bem como acredita-se que este trabalho contribui para o campo da Ciência da Informação, mais especificamente quanto à discussão da Curadoria Digital em ambientes de memória, bem como recomenda-se que outros estudos devam ser realizados para o aprofundamento desta temática tão importante para este setor econômico e social.

A Curadoria Digital pode ser considerada como um fator fundamental para a constituição da memória, visto que pressupõe oferecer diferencial, agregar valor, aprimorar relacionamentos, lembrar histórias, pois quando falamos de memória, lembranças e esquecimentos, evolução e aprendizagem são constantes. Com isso a Curadoria Digital se faz imperativa na constituição da Memória, pois ela propicia flexibilização, uma vez que a maior parte das informações hoje são produzidas/geradas nos computadores e o desafio de preservá-las, manter, agregar valor e recuperar a informação digital é enorme.

Conforme apresentado na Figura 2, poderia se explicar que um programa de Curadoria Digital, no que tange o contexto dos ambientes de memória envolvendo os documentos digitais e eletrônicos, tem como intuito proteger os objetos digitais, permitindo seu acesso e emprego em todo seu ciclo de vida.

O valor que se defende é o compartilhamento dos dados, minimizando a repetição de esforços na geração deles e tornando-os acessíveis para obtenção de novos conhecimentos. Por conseguinte, a Curadoria Digital permite manter o documento, seja ele digital ou eletrônico, íntegro e acessível, enquanto este possuir valor jurídico (evidência); extrair novos conhecimentos (valor informacional e de pesquisa); preservar a memória da sociedade (valor histórico); e evitar o retrabalho de recriar os dados já produzidos anteriormente (Yamaoka, 2012).

De acordo com Matos (2004:59) “[...] a memória não só se constitui como elemento cultural de profunda legitimidade, como, também, é indispensável à renovação permanente da própria cultura.” Porém a maioria dos *hardwares* e *softwares* onde estão contidas as informações se tornam obsoletos ou incompatíveis em uma velocidade cada vez mais rápida. Surgindo a grande preocupação e necessidade de salvaguardá-las, onde os estudos cada vez mais se voltam às atividades desenvolvidas pela Curadoria Digital, com o propósito de assegurar o acesso ao patrimônio digital gerado hoje em dia, para as gerações futuras.

Como defende Hollós, (2010:38)

*Esse ambiente tecnológico, no qual os documentos fazem moradia, é constantemente alterado e substituído por força de um mercado que continua lançando novas gerações de equipamentos e softwares que, ao final, podem se tornar incompatíveis com os que lhe antecederam. No mundo atual, a maior parte da informação produzida, está sendo gerada nos computadores, em diferentes formatos como texto, banco de dados, áudio, filme e imagem. Esses documentos, nascidos digitais, constituem-se em um desafio de preservação ainda maior.*

Sendo assim, a Curadoria Digital traz uma nova forma de gerenciar esses objetos digitais, que cada dia são mais vulneráveis a modificações e a obsolescência. Resgatar a memória de uma instituição é um grande desafio devido à maneira de como se fará esse resgate das informações. Com base nisso, quando se compartilha essa memória com a sociedade, se tem a possibilidade de mostrar e partilhar a história. Também, se faz importante levar em conta que quando se fala de memória e acesso, se constata que as duas são elementos de um processo, já que sem o acesso, não existe a função social do registro.

Importante ressaltar que a digitalização e a disponibilização dos objetos digitais permitem que a informação possa estar em lugares onde o acesso físico é limitado, promovendo desta forma a seu ingresso; e da mesma maneira, assegurando que o material físico possa-se encontrar em algum estado de deterioração, e evitando igualmente que outros materiais físicos possam ser danificados.

Porém,

*ao contrário do que muitos profissionais destacam, a digitalização não resolve o problema em sua totalidade, pois o suporte também carrega consigo informações relevantes e não pode ser descartado/abandonado pelo seu estágio avançado de deterioração. Sem dúvida, a preservação digital é uma grande aliada neste contexto contemporâneo de imersão tecnológica, entretanto, deve ser combinada dentro de um plano de ações que envolva as técnicas de conservação e restauro para a manutenção dos suportes originais. (Bezerra;Oliveira, 2013, n. p.)*

A análise da literatura embasa a assertiva de que os acontecimentos são registrados em algum tipo de suporte, tirando da memória humana a função exclusiva de reter e preservar as informações. Diante desse contexto, a memória sofre um processo de afastamento do sujeito ou da comunidade, e torna-

se objetiva, morta, impessoal, causando a separação do conhecimento, da identidade pessoal e coletiva; o saber se torna disponível, estocável, consultável, comparável, transformando-se em um objeto possível de análise e exame, e não somente considerado como útil no dia-a-dia (Monteiro; Carelli; Pickler, 2008).

A partir da análise teórica de conceitos e definições, foi possível obter uma visão aprofundada a respeito do objeto e fenômenos desta pesquisa, evidenciando que a Curadoria Digital é um processo que trouxe grandes transformações na forma em que a informação era retida e transmitida: o indivíduo perde seu poder de ser o único a reter e transmitir o saber; as informações passam a ter um cunho mais coletivo do que individual, visto que mais pessoas teriam acesso ao registro do conteúdo; o saber de toda uma comunidade passa a ser passível de ser analisado e modificado; porém, sem o devido cuidado quanto a sua preservação, também aumenta a possibilidade de ser perdido.

O que se percebe é que a área do estudo em tela, atualmente, é de grande valor, e ainda está em desenvolvimento. Nos últimos anos, com as grandes transformações pelas quais a sociedade tem passado, o tema tem sido discutido com maior profundidade, e muitas pesquisas têm sido realizadas, principalmente no tocante ao ambiente institucional e organizacional, foco da pesquisa “A memória e a constituição de bases de conhecimento nos ambientes institucionais”. Todavia, defende-se também a importância dos estudos relativos às outras vertentes da memória, apresentados no texto.

## Referências Bibliográficas

---

- ABBOTT, D. (2008) *What is Digital Curation?*. DCC Briefing Papers: Introduction to Curation. Edinburgh: Digital Curation Centre. Disponível em: <http://www.dcc.ac.uk/resources/briefing-papers/introduction-curation> acesso em: 14 fev. 2018
- ABRAMS, S.; CRUSE, P.; KUNZE, J. (2008) Preservation is not a place. *The International Journal of Digital Curation*, 14 (1).
- AMARAL, A. (2010) *Práticas de Fansourcing: estratégias de mobilização e curadoria musical nas plataformas musicais*. Disponível em: <https://palavrasecoisas.files.wordpress.com/2010/07/prc3a1ticas-de-fansourcing1.pdf>. Acesso em: 03 maio 2016.
- AZEVEDO NETTO, C. X. de. (2007) Informação e memória: as relações na pesquisa. *Revista História em Reflexão*, Dourados (MS), 1 (2), p.1-20, jul./dez.
- BARROS, D. S.; AMÉLIA, D. (2009) Arquivo e memória: uma relação indissociável. *TransInformação*, Campinas, 21 (1), p. 55-61, jan./abr.
- BEIGUELMAN, G. (2011) *Curadoria de informação*. Palestra, USP. Disponível em: <http://www.slideshare.net/gbeiguelman/curadoria-informacao>. Acesso em: 03 maio 2016.
-

- BEZERRA, E. P.; OLIVEIRA, D. A. (2013) Preservação da memória: técnicas e tecnologias alternativas para a salvaguarda de acervos documentais. In: *XIV Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação*. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2013.
- BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. (2005) *Dicionário brasileiro de terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2016.
- BRAZ, M. I.; HOLANDA, C. M. S.; FERREIRA, M. S. (2012) O documento e os lugares de memória: protagonistas na perpetuação da memória social. In: *XIII Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação*, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2012.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. (2015) *Câmara Técnica de documentos eletrônicos*. Disponível em: <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=10>>. Acesso em: 09 abr. de 2016.
- CONARQ. (2006) *e-ARQ Brasil: Modelos de Requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos*. Rio de Janeiro: CONARQ. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/earqbrasilv1.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2016.
- CONWAY, P. (2001) *Preservação no universo digital*. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional. 32 p. Disponível em: <[http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/CPBA\\_52\\_Preserva%C3%A7%C3%A3o\\_Universo\\_Digital.pdf](http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/CPBA_52_Preserva%C3%A7%C3%A3o_Universo_Digital.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- CORRÊA, E. S.; BERTOCCHI, D. (2012) O papel do comunicador num cenário de curadoria algorítmica de informação. In: Corrêa, E. N. S. (Org.). *Curadoria digital e o campo da comunicação*. São Paulo: ECA/USP. p.22-29.
- COUTURE, C.; ROUSSEAU, J.-Y. (1998) *Os fundamentos da disciplina Arquivística*. Lisboa: Dom Quixote. 356 p.
- CIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. (2012) Patrimônio, documentos e informação. *Ibersid*, 6, p. 173-178. Disponível em: <<http://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3990/3689>>. Acesso em 15 abr. 2016.
- CRIPPA, G. (2010) Memória: geografias culturais entre história e ciência da informação. In: Murguia Maranon, E. I. (Org.). *Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus*. São Carlos: Compacta. p.79-110
- DAVID, P. A.; FORAY, D. (2002) Una introducción a la economía y a la sociedad del saber. *Revista Internacional de Ciências Sociais*, 171, mar. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/david.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2016.
- DODEBEI, V. (2009) Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: Sayão, L. et al (orgs.). *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Salvador: EDUFBA. p. 83 – 106.

- FERREIRA, M. (2006) *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e atuais consensos*. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho. 85p. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- GIL, A. C. (2009) *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas. 175 p.
- GRIGOLETO, M. G.; MURGUIA, E. I. (2009) O documento e seu valor patrimonial: Os processos de tombamento do museu histórico e pedagógico “Prudente de Moraes”. In: *X Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação*, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa, 2009.
- HOLLÓS, A. C. (2010) Preservação e memória social. In: Silva, R. R. G. da et al (org.). *Cultura, representação e informação digitais*. Salvador: EDUFBA. p. 29 - 40
- HUYSEN, A. (2000) Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: \_\_\_\_\_. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, p. 9-20.
- IZQUIERDO, I. (2002) *Memória*. Porto Alegre: Artmed.
- JARDIM, J. M. (1996) A invenção da memória nos arquivos públicos. *Revista da Asociación Latinoamericana de Archivos*, 19, jun./dez. p.13-25.
- JENNINGS, D. (2007) *Net, blogs and rock n’roll*. How digital discovery works and what it means for consumers, creators and culture. Boston: Nicholas Brealey Publishing.
- LAPUENTE, M. J. L. (2013) *Documento Hiperdocumento*. Disponível em: <<http://www.hipertexto.info/documentos/document.htm#electronico>>. Acesso em: 09 fev.2018.
- LE GOFF, J. (2003) *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 171p.
- LEE, C.; TIBBO, H. (2007) Digital curation and trusted repositories: steps toward success. *Journal of Digital Information*, v. 8, n. 2. Disponível em: <<http://journals.tdl.org/jodi/article/viewArticle/229/183>> Acesso em: 08 jan. 2018
- MARCONI, M. De A.; LAKATOS, E. M. (2007) *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- MÁRDERO ARELLANO, M. A. (2004) Preservação de documentos digitais. *Ciência da Informação*, Brasília, 33 (2), p. 15 - 27, maio/ago. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02v33n2.pdf>> 28/03/2014>. Acesso em: 28 abr. 2016.
- MÁRDERO ARELLANO, M. A.; Leite, F. C. L. (2009) Acesso aberto à informação científica e o problema da preservação digital. *Biblos*. Mar./Jun., p. 1-11. Disponível em: <<http://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtualdata/publicaciones/biblos/n35/a01n35.pdf>> Acesso em: 4 maio 2016.
- MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E.; PICKLER, M. E. V. (2008) A Ciência da Informação, memória e esquecimento. *Data Gram Zero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 9 (6), dez.

- MURGUIA, E. I. (2011) Percepções e aproximações do documento na Historiografia, Documentação e Ciência da Informação. In: Crippa, J.; Mostafa, S. P. (ogs). *Ciência da Informação e Documentação*. Campinas [SP]: Alínea. p.37 – 51.
- NASCIMENTO, N. M.; VALENTIM, M. L. P. (2012) A relação entre os estudos de tipologia documental e o processo decisório. In: Valentim, M. L. P. (Org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. p. 291-308
- OLIVEIRA, A. S. (2010) Representação da informação científica: a rede pode ser a gota d'água. In: Silva, R. R. G. da et al. (org.). *Cultura, representação e informação digitais*. Salvador: EDUFBA. p. 41 – 54.
- OLIVEIRA, M. M. de. (2007) *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes. 182p. Posner, E. (1940) Some aspects of archival development since the French Revolution. *The American Archivist*, jun., p. 159-172.
- ROSENBAUM, S. (2011) *Curation nation*. Why the future of context is context. NY: McGraw Hill.
- RONDINELLI, R. C. (2011: *O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária*. 270 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011.
- SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. (2012) Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, 22 (3), p.179-191, set./ dez. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/12224>>. Acesso em: 03 maio 2016.
- SIEBRA, S.A. et al. (2013) Curadoria digital: além da questão da preservação digital. In: *XIV Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação*, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2013.
- SIQUEIRA, J. C. (2012) A noção de documento digital: uma abordagem tecnológica. *Em Questão*, Porto Alegre, 18 (1), p. 125 - 140, jan./jun.
- SPILLER; A.; PONTES, C. C. C. (2007) Memória organizacional e reutilização do conhecimento técnico em uma empresa do setor eletroeletrônico no Brasil. *RBGN*, São Paulo, 9 (25), p.96-108, set./dez.
- SIGNIFICADOS. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.
- TROITIÑO-RODRIGUEZ, S. M. (2012) A tipologia documental como instrumento para a seriação de documentos. In: Valentim, M. L. P. (Org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. p.243-258
- YAMAOKA, E. J. (2012) Ontologia para mapeamento da dependência tecnológica de objetos digitais no contexto da curadoria e preservação digital. *AtoZ*, Curitiba, 1 (2), p. 65-78, jan./dez.